



241 - CENTRALIDADE NO CONHECIMENTO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESESTABILIZANDO DISCURSOS

Cíntia Aparecida Oliveira de Medeiros – UERJ, cintiaoliveirademedeiros@gmail.com
Andressa Aguiar de Souza Rezende – UERJ, andressaresende3030@gmail.com

Eixo: Conhecimentos e experiências curriculares

Políticas curriculares; conhecimento; formação de professores; teoria política do discurso.

É possível construir o conhecimento?

Para a discussão neste trabalho, focalizamos os discursos que têm sido postos em marcha sobre as significações em torno da demanda pelo conhecimento nas atuais políticas curriculares brasileiras para formação de professores. Portanto, tem como objetivo problematizar as demandas pelo conhecimento, voltadas para a formação inicial de professores da educação básica, articulados nos diferentes discursos das políticas BNC-Formação (BRASIL, 2019) e BNCC (2018). Nesse sentido, o caminho que escolhemos assume as frentes das políticas curriculares ancoradas numa perspectiva discursiva de Currículo (Lopes, 2015a; 2015b), através das abordagens teórico-metodológicas pós-estruturais e pós-fundacionais da Teoria Política do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015). Consideramos que assumir esse referencial teórico-metodológico, potencializa esta produção para interpretar e desestabilizar a possibilidade discursiva de um acesso imediato ao mundo do conhecimento, à realidade e à verdade, “pois o mundo não está (num lá, à nossa espera) para ser decifrado” (Cunha; Costa; Pereira, 2016, p. 186). A perspectiva discursiva de Currículo possibilita interpretar a política curricular para além do que se apresenta como tentativa de fixação na norma, produzida por uma ordem, por uma fixação de sentidos, dada por suposição natural.

Segundo Mendonça (2009), a política se constrói questionando as tentativas de fechamento do social, numa empreitada marcada pela contingência, precariedade, vulnerabilidade e provisoriedade. Nessa perspectiva, a sociedade passa a ter uma outra interpretação política, problematizando tentativas de um consenso universal incorporado sobretudo nos discursos da modernidade, que busca por um sujeito centrado, emancipado e capaz de realizar a transformação social. Pensar currículo nessa perspectiva é entender que as práticas articulatórias e antagônicas são sempre provisórias, se afastando das utopias, certezas e objetividades.

De modo semelhante concordamos com Lopes (2015) no sentido de entender que não há fixação para currículo, visto que como prática discursiva constituímos a produção curricular e ainda, contextual. Esta se desenvolve na provisoriedade e precariedade, pois a todo momento num processo relacional novas significações se formam. Na perspectiva com a qual nos propomos analisar currículo e conhecimento, não há um ponto de partida fixo ou único, pois as demandas e articulações discursivas são contínuas e operam numa disputa de poder por significações, mesmo que provisoriamente, constituindo-se assim na instabilidade.